



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Fórum de Legisladores dos Países do G-8 e do Brasil, China, Índia, México e África do Sul (G-8+5)

Brasília – DF, 21 de fevereiro de 2008

Embaixador Samuel Pinheiro, ministro interino das Relações Exteriores,
Ministra Marina Silva, do Meio Ambiente,

Nossa querida senadora Serys Slhessarenko, coordenadora do grupo brasileiro participante do Fórum de Legisladores do G-8+5 sobre mudanças climáticas, e responsável pela organização desse evento,

Senhor Elliot Morley, presidente da Globe,

Senador Renato Casagrande, em nome de quem quero saudar os demais integrantes da mesa,

Senhores e senhoras parlamentares brasileiros e estrangeiros aqui presentes,

Meus amigos e minhas amigas,

Quando o presidente disse que eu ia proferir algumas palavras, ele não tinha visto, certamente, o volume de papel que eu tenho na mão, mas como eu já tenho mais de 40 anos e o uso dos óculos se faz necessário, para a imprensa pensar que eu não uso óculos, eu faço letras grandes.

Meus amigos e minhas amigas,

Antes de mais nada, quero destacar a oportunidade estratégica deste Fórum de Legisladores dos Países do G8, do Brasil, da China, da Índia, do México e da África do Sul, o chamado G8 + 5, iniciativa da Organização Global de Legisladores para um Ambiente Equilibrado, que o nosso País tem a honra e o orgulho de sediar.

A realização deste encontro no Brasil faz aumentar a nossa responsabilidade e se constitui em estímulo para prosseguirmos com os



esforços do País no enfrentamento das conseqüências do aquecimento global e na consolidação de uma matriz energética renovável, sempre num horizonte de desenvolvimento sustentável.

Fico feliz em poder anunciar aos parlamentares aqui presentes que um conjunto de iniciativas em curso colocam o nosso País entre aqueles que transformam a preocupação em ação.

O governo e a sociedade brasileira estão fazendo a sua parte na preservação de um dos mais importantes biomas do Planeta. A floresta Amazônica é a principal vítima, e não a causadora, das mudanças climáticas em curso.

Desde 2004 temos o Plano de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, que reduziu em 59% as derrubadas da floresta no período de 2004/2007. O Plano é uma estratégia nacional que enfrenta as causas estruturais do problema do desmatamento e articula as instituições públicas nos âmbitos federal e estadual, bem como a participação da sociedade.

No final do ano passado, constatamos uma tendência de aumento das taxas de desmatamento e decidimos intensificar ainda mais os esforços para combatê-lo e promover a conservação e o uso sustentável das florestas.

Entre as novas medidas tomadas destaco algumas: identificação dos municípios críticos para o desmatamento da Amazônia; suspensão de novas autorizações para desmatamento; cadastramento das propriedades; bloqueio ao financiamento público e privado de atividades que possam causar o desmatamento ilegal, por meio de resolução do Conselho Monetário Nacional; responsabilização da cadeia produtiva pelo consumo de produtos agropecuários oriundos de áreas embargadas por desmatamento ilegal; ampliação da ação, na Amazônia, da Polícia Federal, dos órgãos de inteligência e da Força Nacional de Segurança; intensificação das parcerias com governos estaduais para a implementação de Planos Estaduais de



Combate ao Desmatamento na Amazônia. Outro ponto fundamental de nossa estratégia é a valorização da floresta em pé. Por isso, nesta nova fase do combate ao desmatamento, estamos trabalhando para:

1) A implantação da Lei de Gestão de Florestas Públicas. Já cadastramos 193 milhões de hectares. Desses, 120 milhões de uso comunitário, a maior área do mundo com essa destinação, e 55 milhões em unidades de conservação, além de outros usos.

2) Licitação para Concessão Florestal. A primeira já se encontra em andamento na Floresta Nacional do Jamari, no estado de Rondônia.

3) Promoção do Manejo Florestal Comunitário e o Fortalecimento do Extrativismo, mediante a formulação de uma nova política e implantação da Política Nacional de Populações Tradicionais, que inclui o programa de aquisição de produtos não-madeireiros das comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e outras.

4) Apoio à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico de produtos florestais.

Nesse esforço, a cooperação internacional deve ter uma importante participação. Nos últimos 4 anos, o Brasil investiu mais de 250 milhões de dólares no combate ao desmatamento na Amazônia.

É uma quantidade de recursos inédita mas, ainda assim, muito aquém do necessário para reverter totalmente o quadro na região.

O Brasil quer contar com a cooperação da comunidade internacional, e isso pode ser feito de diversas maneiras. A primeira, com a criação do Regime Internacional de Repartição dos benefícios do acesso à biodiversidade e ao conhecimento a ela associado.

A segunda, com o apoio ao Fundo de Proteção e Conservação da Amazônia, que será lançado nos próximos meses, conforme proposta apresentada pelo Brasil na Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica, em Nairobi, em 2006, e em Bali, no ano passado. O



Fundo captará recursos com base na redução das emissões de carbono oriundas do desmatamento.

Buscaremos captar 1 bilhão de dólares por ano, até 2012, e destiná-los integralmente para combater o desmatamento e mudar o modelo de desenvolvimento, a partir do uso sustentável das nossas florestas. Com destaque para o pagamento por serviços ambientais prestados pelas comunidades locais que protegem as florestas.

O sucesso do Brasil em enfrentar o desmatamento trará incomensuráveis benefícios para a humanidade, incluindo a redução de centenas de milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera, a manutenção do ciclo de chuvas no Planeta e a necessária conservação da biodiversidade.

É preciso que os países do G-8 assumam sua responsabilidade cumprindo o Protocolo de Quioto e apoiem nossos esforços, abrindo mercado para nossos produtos sustentáveis, e também paguem os custos da redução do desmatamento e da proteção das florestas, por meio de contribuições voluntárias para o Fundo Amazônia.

Quero ainda destacar que o Brasil está fortemente comprometido com uma política nacional de mudanças climáticas e vem se preparando para implementar todas as ações de mitigação e adaptação que sejam necessárias.

Este encontro acontece num momento em que as cotações do petróleo rompem a barreira simbólica dos 100 dólares. Mais que o simbolismo monetário, esse número encerra uma advertência e aguça uma contradição que o conjunto das nações terá de levar cada vez mais em conta nas suas decisões.

Estamos vivendo um momento divisor da civilização. A transição da matriz energética, da qual o preço do petróleo é um dos termômetros, coloca em jogo escolhas que vão influenciar o presente e determinar o futuro.



Trata-se de definir qual tipo de desenvolvimento queremos compartilhar, para restabelecer o equilíbrio entre necessidades sociais e econômicas e sustentabilidade dos recursos disponíveis na Terra.

Hoje, como as senhoras e os senhores sabem, o uso das riquezas naturais já extrapola em cerca de 25% da capacidade de regeneração do Planeta, e mais de 80% desses recursos são consumidos pelas economias dos países ricos.

Pensar uma estratégia conjunta para enfrentar essa situação implica buscar, necessariamente, maior equilíbrio entre países pobres, emergentes e ricos no acesso aos recursos, às riquezas e aos mercados mundiais.

A fragilidade dos resultados alcançados até agora pelo Protocolo de Quioto só poderá ser superada se a repartição mundial de benefícios e responsabilidades for sendo corrigida desde já, e com maior empenho no futuro regime internacional do clima pós 2012.

Essa foi a linha geral da minha intervenção na Assembléia Geral da ONU, no ano passado.

Espero que as conclusões deste Fórum signifiquem um passo importante na construção de um consenso capaz de sensibilizar os líderes dos países ricos, em particular os do G8, em sua reunião de cúpula no Japão, em junho deste ano.

Minhas senhoras e meus senhores,

Dos 50 países mais pobres do mundo, 38 são importadores líquidos de derivados do petróleo. Desses, 25 importam toda energia que consomem. Sobre eles recaem sacrifícios insustentáveis para fazer frente ao novo patamar de custo de energia, que já se equipara ao pico atingido em 1980, quando as cotações alcançaram o equivalente a 102 dólares o barril.

Em muitas dessas economias gasta-se, atualmente, seis vezes mais com a importação de combustível do que se investe em saúde. Em outras, a



conta-petróleo equivale ao dobro do que o Estado destina à luta contra a fome e a pobreza.

O que estamos vivendo, na verdade, é uma brutal transferência de riqueza que penaliza, adicionalmente, povos e economias já expostos à subnutrição e à miséria. E que totalizam, de acordo com os números da FAO, um contingente de 854 milhões de pessoas em todo o mundo, sendo 820 milhões nos países em desenvolvimento, 52 milhões dos quais latino-americanos e caribenhos.

Enquanto as nações ricas consomem, repito, cerca de 80% dos recursos naturais do Planeta, inclusive petróleo, há mais de dois bilhões e quinhentos milhões de seres humanos que dependem de lenha e carvão vegetal, utilizados sem o adequado manejo, para suprir necessidades energéticas básicas.

Esse é o mundo para o qual devemos buscar soluções, por meio de políticas estratégicas que possibilitem uma transição para um modelo mais sustentável de matriz energética.

É desse ponto de vista que o Brasil tem uma contribuição a dar ao mundo e, em especial, aos povos das nações em desenvolvimento.

Temos a convicção de que a agroenergia oferece uma chance histórica para impulsionar a travessia progressiva da era do petróleo, promovendo um ciclo de melhor distribuição da riqueza e das oportunidades entre ricos e pobres em todo o Planeta.

O Brasil tem uma experiência exitosa de mais de três décadas na produção de combustíveis que combina segurança energética com amplos benefícios econômicos, sociais e ambientais.

A mistura de 25% de etanol à gasolina e a utilização de álcool puro em carros “flex-fuel”, por exemplo, permitiu reduzir em 40% o consumo e as importações de combustíveis fósseis. Deixamos de emitir, desde 2003, mais de 120 milhões de toneladas de dióxido de carbono, ajudando assim a combater o aquecimento global.



Mas, como os senhores e as senhoras sabem, o potencial de uso sustentável da biomassa vai além da geração de energia limpa e renovável. A indústria do etanol criou, diretamente, 1 milhão e 500 mil empregos no Brasil, e indiretamente, 4 milhões e meio de postos de trabalho no Brasil.

O programa do biodiesel, em fase inicial, mas em franca expansão, já emprega mais de 250 mil pessoas, sobretudo pequenos agricultores em zonas semi-áridas, gerando renda e colaborando para manter a população no campo.

Os biocombustíveis ajudam, assim, a combater a fome, gerando renda que possibilita às populações mais pobres adquirir alimentos. Sua produção, é sempre bom enfatizar, não ameaça a segurança alimentar, pois envolve apenas 2% de nossas terras agricultáveis.

É impensável que, no Brasil, a produção de biocombustíveis precise avançar sobre a Amazônia, diante da farta disponibilidade de terras agricultáveis, de terras degradadas e do aumento da produtividade na agricultura e na pecuária.

Tais programas desestimulam as migrações desordenadas, reduzem o inchaço das grandes cidades e a marginalização urbana, assim como a pressão de agricultores e garimpeiros para desmatar as florestas nativas. Além disso, a expansão da cana de açúcar contribui para recuperar áreas de pastagem degradadas, de baixo ou nenhum potencial agrícola.

Por todas essas razões, os biocombustíveis têm relevância especial para os países em desenvolvimento. Pelo seu enorme potencial de geração de empregos e de renda, oferecem verdadeira opção de crescimento sustentável, especialmente para os países dependentes da exportação de poucos bens primários.

Ao mesmo tempo, etanol e biodiesel abrem novos caminhos de desenvolvimento, sobretudo às indústrias bioquímicas. São alternativas econômicas, sociais e tecnológicas para países economicamente pobres, mas ricos em sol e terras agricultáveis.



Estou convencido, portanto, de que os biocombustíveis devem estar no centro de uma estratégia planetária de preservação do meio ambiente.

Acordos, como o assinado por Brasil e Estados Unidos e em negociação com os países europeus, prevêem a implantação de projetos triangulares, na América Central, Caribe e África, capazes de unir tecnologia brasileira a condições climáticas e de solo favoráveis nessas regiões.

Os biocombustíveis podem, assim, atender a um mundo carente de soluções para a degradação ambiental e o encarecimento da energia.

Oferecem esperança para países pobres, ao combinar crescimento econômico, inclusão social e conservação ambiental. Um valioso aliado, portanto, no combate à instabilidade social à política e à violência.

No entanto, essa revolução só ocorrerá se os países ricos abrirem seus mercados para os mais pobres, eliminando subsídios agrícolas e barreiras à importação dos biocombustíveis.

Todos ganharão. Países em desenvolvimento gerarão postos de trabalho para populações marginalizadas e divisas para dinamizar suas economias.

Países desenvolvidos poderão ter acesso cada vez maior a fontes de energia limpa a preço competitivo, ao invés de investir em custosas inovações para tornar menos poluentes os combustíveis convencionais.

A criação de um rigoroso sistema de certificação pública em matéria de biocombustíveis, lastreado em acordos multilaterais e com engajamento da opinião pública, ajudará a preservar o meio ambiente, assim como garantirá condições decentes de trabalho.

Os biocombustíveis oferecem uma alternativa para ajudar hoje a Humanidade a prosperar como um todo, sem hipotecar o futuro das novas gerações.

Portanto, o Brasil está empenhado em assumir responsabilidades e tem alternativas a oferecer para uma transição realista, rumo a uma matriz



energética apoiada em bases renováveis.

Minhas senhoras e meus senhores,

Acabo de voltar de uma visita à Antártica, um dos santuários do meio ambiente mundial.

Trata-se de um continente ainda desconhecido, mas sua influência sobre o clima do Planeta, embora ainda não adequadamente pesquisada, é inquestionável.

O que se vê lá é um exemplo da intensa cooperação internacional em prol da ciência, do conhecimento compartilhado, da busca de soluções comuns para problemas que afetam toda a Humanidade. E tudo isso realizado em condições difíceis, por meio de operações logísticas conjuntas e arriscadas.

Eis o caminho que devemos seguir, todos os países, num enorme e cada vez maior esforço de cooperação na questão climática global.

Estas são algumas mensagens que queria deixar aqui para todos, para os companheiros e companheiras que participam deste Seminário, e pedir a nossa intérprete que tenha paciência, porque algumas coisas que eu quero dizer não estavam escritas aqui no meu papel.

Meus amigos e minhas amigas,

Companheiros vindos de tão longe para participar deste Seminário realizado no Brasil,

Companheiros, sobretudo, dos países desenvolvidos e companheiros dos países mais pobres do Planeta,

É importante termos em conta que a questão energética é um dos principais problemas que estamos enfrentando no mundo inteiro. Não é um problema brasileiro, não é um problema europeu, não é um problema japonês, é um problema mundial.

Cada vez mais, precisamos produzir mais energia para atender o crescimento econômico dos nossos países e para atender, sobretudo, o conforto que o ser humano reivindica com muita justeza. E nós não temos,



ainda, todas as opções que gostaríamos de ter. A energia nuclear, que é uma energia limpa, é uma energia tida como perigosa; a energia eólica, outra energia limpa, ainda é pouco desenvolvida e sem a segurança que os modelos industriais precisam; a biomassa é um bom começo de energia limpa que alguns países e o Brasil estão introduzindo; a energia solar é uma energia muito importante, mas ainda não recomendável para utilização em grandes cadeias produtivas; a energia que nós conhecemos, utilizada no mundo inteiro, pelo óleo diesel, na utilização de termoeletricas; ou a energia que predomina na matriz brasileira, a energia hídrica, que é uma energia limpa, mas uma energia que, se não tomarmos cuidado, cada vez mais vai mexer com o meio ambiente, porque cada vez mais precisamos fazer lagos maiores. Se bem que, hoje, já conseguimos fazer a produção de energia através de hidrelétricas, sem precisar fazer grandes lagos.

O Brasil se apresenta ao mundo com uma alternativa, uma alternativa que gera dois tipos de polêmica: os países que têm dinheiro e não estão preocupados em saber se o preço do petróleo custa 100 ou 150. Portanto, podem pagar o preço que for. Os países pobres sofrerão, outra vez, as consequências de serem pobres. Uma outra coisa importante é que se diz que os biocombustíveis podem ocupar a área relativa à produção de alimento, no mundo.

Eu quero dizer para vocês que eu acho pouco provável que um ser humano abdique da energia mais importante, que é a sua própria energia, que vem através da alimentação. Sem a energia humana ele, certamente, não terá forças para produzir nenhuma outra energia.

Segundo, é importante a gente pensar o destino dos países pobres, que atravessaram todo o século XX sendo pobres, e que há uma previsão de que continuarão pobres no século XXI. Porque, como eu disse, a distribuição das riquezas do mundo estão muito concentradas numa parte menor da população.

Quando nós apresentamos o programa do biodiesel, no Brasil, como



uma nova fonte energética, nós não pensávamos apenas no Brasil. Nós pensávamos na África, pensávamos na América Latina e na América Central, e pensávamos também nos países pobres do mundo. E dizíamos, em vários documentos, que era impensável imaginar que nós iríamos ocupar ou a área amazônica para produzir biocombustíveis ou que iríamos substituir a produção de alimentos por biocombustíveis. E por que não? Porque o resultado do modelo adotado pelos Estados Unidos, de produzir etanol do milho, causou efeitos imediatos na elevação do custo do alimento, em alguns países, e sobretudo, na elevação do custo da carne de animais ou aves que têm como fonte de nutrição o milho.

Aqui no Brasil, eu tenho alertado alguns produtores de biodiesel de que não é possível construir uma matriz energética pensando na soja, porque a soja também é alimento humano e alimento animal. E como a soja é *commodity* e tem preço internacional, ela tornará o produto muito caro e portanto, nós não teremos sucesso se acreditarmos na utilização de uma oleaginosa que serve para alimento, para produzir óleo diesel. Entretanto, já está provado também, do ponto de vista científico e tecnológico, que nós temos várias oleaginosas que podem produzir biocombustíveis, sem causar nenhum problema, como a palma africana, aqui mais conhecida como dendê, que é uma árvore típica da Amazônia; como a mamona; como o pinhão manso, que alguns conhecem como *jatropha*, o nome é mais ou menos esse. Estamos fazendo experiência no Brasil e, certamente, essa experiência pode ser um pilar de salvação para o continente africano e para os países pobres da América Latina, desde que haja uma combinação entre o compromisso de produzir óleo diesel, cuidando da questão ambiental, e ao mesmo tempo combinando a produção com a produção alimentar, e o compromisso dos países ricos que não têm terras agricultáveis para fazer a produção, de construir parcerias com os países pobres e começarem a comprar ou a produzir, conjuntamente, esse combustível novo, para que o mundo possa



emitir menos CO₂. Esse é um debate que está começando agora. Eu sei que no exterior muitas vezes... Eu participei de um debate, recentemente, em Bruxelas. As pessoas falam que nós vamos desmatar a Amazônia para produzir biocombustíveis.

Esses dias, em um país, me permitam não dizer para vocês, fazia uma propaganda contra a carne brasileira, dizendo que o boi zebu brasileiro não é gado, é algo diferente. Eu sei que pelo fato de países que são emergentes estarem tendo um papel importante na economia mundial, também nós seremos alvo de um debate comercial que temos que, com muita democracia, enfrentar.

O dado concreto é que a Europa já aprovou, no Conselho da União Européia, utilizar 10% de etanol até 2020. Alguns países estão antecipando para até 2010. O dado concreto é que estamos em conversas avançadas com o Japão, sobretudo, a empresa Petrobras e as empresas japonesas, para a introdução de 3% de etanol na gasolina. Qual é o dado verdadeiro? O dado verdadeiro é que o Protocolo de Quioto não pode ser uma peça de ficção, assinada por presidentes de países, cada vez que se reúnem para discutir meio ambiente. É muito fácil assinar um documento e depois esquecer o documento na gaveta. E também é muito fácil alguns países, que são os maiores poluidores, tentarem transferir a questão da responsabilidade de cuidar do Planeta aos países pobres. Portanto, é importante saber que os países pobres, que não tiveram chance de crescer no século XX, certamente estão dispostos a contribuir na luta contra o desmatamento, na luta pela preservação da nossa fauna, da nossa floresta, pela qualidade da nossa água, mas é preciso saber que esses países têm seres humanos que querem trabalhar e querem ter acesso aos benefícios que os países ricos já tem. Portanto, os países que são poluidores do mundo precisam pagar a sua contrapartida para que os países pobres façam no século XXI aquilo que os ricos não tiveram coragem de fazer no século XIX, até porque não tinham



conhecimento: preservar a natureza, ao máximo. É uma contrapartida econômica que nós temos que ver...

Como é que nós poderemos evitar que a China se desenvolva, se tem pelo menos um bilhão de chineses que precisam comer? Como é que nós podemos evitar que a Índia se desenvolva, se tem pelo menos 700 milhões de indianos que precisam sobreviver? Como é que podemos pedir aos países pobres que façam sacrifícios que os outros não fizeram, sem que haja contrapartida econômica, para que as pessoas percebam que preservar o ambiente lhes garantirá meio de sobrevivência e renda para que possam ter acesso a bens materiais que tanto o ser humano necessita?

Essa é uma polêmica que vai durar algumas décadas, mas é uma polêmica com que os países pobres precisam ter cuidado, muito cuidado. Porque senão, nós, que somos vítimas do desmatamento, nós que somos vítimas do aquecimento global, nós iremos outra vez pagar a conta, porque os protocolos internacionais só servem para os países pobres cumprirem, os ricos não querem cumprir, e com a maior desfaçatez, arrumam argumentos para não cumprirem.

Então, eu quero dizer o seguinte: me incomoda muito, ministra Marina, me incomoda muito, companheiros, quando eu viajo o mundo e alguém vem dizer: “Mas derrubou uma árvore na Amazônia”. Nós entendemos, muitas vezes, que tem o desmatamento criminoso, que o governo está tomando medidas duras para coibir. Mas, muitas vezes, tem o desmatamento causado pelo pequeno produtor, que se nós quisermos que ele não desmate, temos que dar alternativas econômicas para ele. Nós também não aceitamos a idéia de que o Brasil, ao produzir biocombustíveis, vai ofender a Amazônia.

Eu queria dar uns números para vocês que, certamente, são números... Se conversarem com brasileiros, devem ter muitos números, mas eu só posso ter como referência o IBGE, que é o Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia. O Brasil tem 851 milhões de hectares de terras. Desses, 360



milhões de hectares de terras é a Amazônia, que representa 42%. De pastagem, nós temos 210 milhões de hectares de terras, que representa 25%. Desses 210 milhões, 60 milhões já não servem nem mais para pastagem. Portanto, são 60 milhões de hectares que a gente pode recuperar para produzir alimentos ou para produzir biocombustíveis. Das culturas anuais, milho e soja, são 49 milhões de hectares, portanto, 6% do território. Culturas perenes representam 15 milhões de hectares, representam 2%. Florestas cultivadas, 6 milhões de hectares, representam apenas 1% das nossas terras. Áreas não exploradas ainda, fora a Amazônia, 101 milhões de hectares. Todas as cidades brasileiras existentes representam 20 milhões de hectares de terras. Áreas protegidas, 52 milhões de hectares e outros 38 milhões de hectares. Por que eu fiz questão de citar esses números para vocês? É porque nós temos mais de 400 milhões de hectares de terras agricultáveis. Portanto, eu posso dizer para vocês que não há possibilidade de um cidadão brasileiro dizer em qualquer lugar do mundo, mesmo dentro da sua casa, que é preciso derrubar um pé de árvore na Amazônia para criar uma cabeça de gado ou para plantar um pé de cana ou um pé de outra oleaginosa que produza biocombustível. Não é. As terras brasileiras, além da Amazônia, são suficientes para que a gente possa atender uma parte do mundo, nos alimentos, e atender uma parte das necessidades nos biocombustíveis.

Quando as pessoas se colocam contra isso, muitas vezes eu penso o seguinte: não olhem o Programa de Biocombustíveis a partir da Europa, onde tudo já está arrumado; não olhem de dentro dos Estados Unidos, onde também parte das coisas estão arrumadas, ou no Japão. Olhem, a partir do mapa da África, dos indicadores sociais e da América Latina e Caribe. E vocês vão perceber o quê? Hoje, para construir uma plataforma de petróleo, você precisa ter muita tecnologia e ela custa, aproximadamente, 2 bilhões de dólares. No Brasil, agora, estamos fazendo prospecção de petróleo a sete mil metros de profundidade. Quantos países do mundo têm tecnologia para isso?



Certamente, um petróleo tirado de sete mil metros de profundidade será mais caro do que aquele tirado em terra. Agora, prestem atenção: se é verdade que nem todos os países do mundo têm engenharia para prospectar petróleo ou para construir plataforma, é importante lembrar que todo agricultor do mundo, independentemente de ter diploma universitário ou não, independentemente de ser branco ou preto, japonês, chinês ou brasileiro, ele sabe cavar um buraquinho com a mão, de 30 centímetros, plantar uma oleaginosa, de lá extrair um combustível não poluente, com o qual ele pode ajudar a despoluir o Planeta. É preciso que a gente acredite nisso e é preciso que construamos o debate internacional, sem a predominância daqueles que predominaram sempre.

Eu, agora, estou tendo experiência na Rodada de Doha. Na Rodada de Doha, nós sabemos que se não houver flexibilidade de um conjunto de países para permitir o acesso agrícola, aos seus mercados, dos produtos dos países pobres, se não houver redução dos subsídios agrícolas, os países pobres de hoje serão os países pobres de amanhã e serão os países de sempre. Eu tenho consciência de que não é um debate fácil, mas eu tenho consciência de que nós não dependemos dos países ricos para fazer esse debate das concessões, porque sempre haverá quem queira brigar para defender as conquistas que já tiveram. Cabe a nós, países em desenvolvimento, estabelecer uma conversa mais ousada e mais forte com os nossos irmãos dos países ricos, para que a gente possa flexibilizar uma melhor visão sobre o mundo onde a partilha, tanto das riquezas minerais, quanto a responsabilidade por cuidar das florestas e a responsabilidade pela distribuição da riqueza seja de todos e não apenas de poucos.

Como presidente do Brasil, eu quero dizer a todos vocês que nós iremos nos empenhar, em todos os fóruns multilaterais, para que a discussão sobre a matriz energética, a produção de alimentos... Eu não sei se vocês perceberam, nos últimos 12 meses a inflação, no mundo inteiro, está sendo puxada para



cima, por conta de alimentos. Na China é alimento, na Índia é alimento, no Brasil é alimento, no Chile é o alimento que está puxando a inflação. E por que está acontecendo? Está acontecendo por uma simples razão, não é que diminuiu a produção de alimentos, é que aumentaram as pessoas que comem.

Na China estão comendo mais, no Brasil os dados demonstram que as pessoas estão comendo mais. Na América Latina, em todos os países que eu visito, as pessoas estão comendo mais, na Índia as pessoas estão comendo mais. Na medida em que as pessoas tenham acesso a mais comida, obviamente que nós vamos precisar produzir mais alimentos. Eu queria terminar com um número brasileiro, para vocês entenderem que nós não corremos risco nessa disputa entre alimento e biocombustíveis.

O Brasil, em 1995, produzia 57 milhões de toneladas de grãos, eu vou repetir, em 1995, o Brasil produzia 57,9 milhões de toneladas de grãos em 37 milhões de hectares. Vou repetir o número: 57,9 milhões de toneladas de grãos em 37 milhões de hectares. Quinze anos depois, ou melhor, 12 anos depois, nós estamos produzindo 133 milhões de toneladas de grãos em 46 milhões de hectares. Nós triplicamos a produção e aumentamos em 19% a área plantada.

Portanto, o avanço tecnológico está permitindo que a gente possa produzir cada vez mais em áreas menores. A cana-de-açúcar, Marina, comparada com 1975, hoje nós estamos produzindo quatro vezes mais do que produzíamos em 1975, e a tendência é produzir cada vez mais por hectare. Há 15 anos, um boi para ser abatido no Brasil, precisava de 48 meses; hoje se abate com 18 meses. Um frango, para ser abatido, demorava 57 dias; hoje ele demora 36 dias. Portanto, a combinação do avanço tecnológico com a preservação ambiental vai permitir que a gente cuide do Planeta, conservando-o, cuidando do meio ambiente mas, sobretudo, a gente tem que lembrar: tem muitos seres humanos, ainda, que precisam comer três refeições por dia, muitos. Eu diria que se a gente olhar a China, o Brasil, a Índia, a América Latina, o continente africano... e lembrem-se, daqui a 30 anos o continente



africano terá quase 1 bilhão e 300 milhões de habitantes, e essa gente quer comer, essa gente quer trabalhar, essa gente quer viver decentemente.

Então, o desafio não é apenas pensar no que estamos vivendo hoje, é na construção do mundo que nós queremos daqui a 40, 50 ou 60 anos. Ou melhor, é pensar no mundo que nós queremos deixar para a Humanidade que virá depois de nós. Esse é um desafio que envolve ricos e pobres, esse é um desafio que envolve todas as economias e, sempre, esses grandes desafios começam com uma minoria, como vocês. São 130 parlamentares, certamente nos países de vocês, dentro da Casa do Congresso, aqueles que defendem o meio ambiente com mais vigor são sempre minoria. Eu lembro que quando se começou a discutir a questão ambiental no Brasil, há trinta anos, quando aparecia um ambientalista dizendo algumas coisas, era tido como se fosse louco. Entretanto, toda grande tese da humanidade se apresentou no começo como loucura. Hoje nós somos conscientes de que graças aos ambientalistas do mundo, a gente não fez mais desgraça do que já fez até o dia de hoje.

Portanto, é tempo de corrigir, é tempo de fazermos aquilo que não fizemos ontem, e a responsabilidade é de todos os países do mundo. Eu sei que este encontro, as discussões que vocês fizerem aqui vão permitir que a gente possa socializar as informações aqui discutidas e que a gente possa, quem sabe em um próximo encontro, sentir que houve um avanço na responsabilidade dos governantes em cuidar com mais carinho do Planeta em que vivemos.

Bom Congresso e muito obrigado a vocês.

(\$211A)